



**MEMÓRIAS DE UM EX-GUERRILHEIRO:  
NARRAÇÕES DA GUERRILHA DO ARAGUAIA EM AZUL CORVO (2014)  
MEMOIRS OF A FORMER GUERRILLA:  
NARRATIVES FROM THE ARAGUAIA GUERRILLA WAR IN AZUL CORVO (2014)**

Marta Eduarda da Silva OLIVEIRA<sup>1</sup>  

Abílio Pachêco de SOUZA<sup>2</sup>  

**RESUMO:** Em Azul Corvo (2014), Adriana Lisboa retrata os acontecimentos da Guerrilha do Araguaia sob a perspectiva de um ex-guerrilheiro, Fernando. É a partir dos seus relatos que podemos fazer uma revisitação ao passado, uma vez que, o mesmo expõe episódios que não fazem parte da história oficial. Nesse sentido, o presente estudo tem como finalidade reconstruir a história da Guerrilha do Araguaia através do ponto de vista do exilado. Além disso, também procuramos perceber como a memória geracional colabora para a retomada do passado histórico, dado que esse se estende a muitas outras gerações e traz à tona os sofrimentos vividos pelas vítimas diretas da ditadura. Para tanto, recorreu-se aos estudos de Márcio Seligmann-Silva (1999), Paul Ricoeur (2003), Alfredo Bosi (2002), Tânia Sarmiento-Pantoja (2010), Augusto Sarmiento-Pantoja (2012; 2019), entre outros. A relação entre as considerações teórico-críticas trabalhadas pelos pesquisadores e as narrações, as representações do passado e a reconstrução da memória sobre a história brasileira nos ajudam a perceber que os eventos descritos pelo ex-guerrilheiro constroem conhecimentos sobre um passado desconhecido e transmitem a experiência vivida em momentos traumáticos, de modo que as vivências e as perspectivas do personagem também passam a pertencer à nossa memória.

**Palavras-chave:** Testemunho. Guerrilha do Araguaia. Memória. Narração.

**ABSTRACT:** In *Azul Corvo* (2014), Adriana Lisboa portrays the events of the Araguaia Guerrilla War from the perspective of a former guerrilla, Fernando. It is from his accounts that we can revisit the past, since he exposes episodes that are not part of the official history. In this sense, the present study aims to reconstruct the history of the Araguaia Guerrilla War through the exile's point of view. Furthermore, we also seek to understand how generational memory contributes to the retaking of the historical past, given that it extends to many other generations and brings to light the sufferings experienced by the direct victims of the dictatorship. To this end, we resorted to the studies of Márcio Seligmann-Silva (1999), Paul Ricoeur (2003), Alfredo Bosi (2002), Tânia Sarmiento-Pantoja (2010), Augusto Sarmiento-Pantoja (2012; 2019), among others. The relationship between the critical-theoretical considerations worked on by the researchers and the narrations, the representations of the past, and the reconstruction of memory about Brazilian history help us realize that the events described by the ex-guerrilla build knowledge about an unknown past and transmit the experience lived in traumatic moments, so that the character's experiences and perspectives also become part of our memory.

**Keywords:** Testimony. Araguaia Guerrilla. Memory. Narration.

<sup>1</sup> Mestranda de Pós-Graduação em Letras (UNIFESSPA). E-mail: martaeduardactt@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Teoria e História Literária pela UNICAMP. Docente de Literatura na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA. E-mail: abiliopacheco@gmail.com.

## Introdução

O romance *Azul Corvo* (2014) retrata a busca de Evangelina, ou Vanja, por seu pai biológico, Daniel. Durante sua trajetória, as vidas dela e de Fernando, um ex-namorado de sua mãe e desertor da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), se entrelaçam, de modo que as experiências compartilhadas entre a narradora e o ex-militante convergem para reconstruir eventos que marcaram a vida do guerrilheiro durante o período da Ditadura Civil e Militar (1964-1985) - caracterizado como o pior dos cenários da história do Brasil. É essa relação que surge entre padrasto e enteada que nos permite revisitar e repensar o passado pela via da memória e da pós-memória (Sarmiento-Pantoja, A., 2023), visto que a mesma é repassada de uma geração a outra, constituindo uma representação de tragédias pessoais e coletivas (Sarmiento-Pantoja, T., 2021; Ricoeur, 2003).

As situações presentes na narrativa revelam as relações de poder que suscitam decorrentes do Golpe de 1964, de modo que, ao estabelecer sua autoridade e legitimidade, os discursos oficiais criam mecanismos para intensificar a verdade que atravessa a história e promove a exclusão daqueles que foram marginalizados e silenciados diante do regime militar. Ao retomar as vozes e as experiências desses sujeitos, podemos compreender que existem muitas versões de verdades acerca de um único fato, no entanto, o seu valor depende da insistência e de quem a profere, (Sarmiento-Pantoja, A., 2012). Ou seja, da relação entre o Estado e a sociedade, dos mecanismos de tutela política. A tensão política e social que emergiu desse cenário demonstra o medo disfarçado de silêncio, dos dias de luta armada, da dor e da violência desmedida, guardados em segredos por aqueles que viram, ouviram e sentiram.

Diante disso, a partir das referências realizadas pela Adriana Lisboa (2014) no romance, bem como das descrições dos eventos referentes ao conflito existente na região do Araguaia, na divisa entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (antes da reforma geográfica, Goiás)<sup>3</sup>, neste estudo, buscou-se analisar de que maneira o discurso do ex-guerrilheiro contribui para retomada dos aspectos encobertos pela materialidade histórica, tais como a repressão, a violência e a tortura. Desse modo, como base teórica, recorreu-se às considerações teóricas de Márcio Seligmann-Silva (1999), Paul Ricoeur (2003), Alfredo Bosi (2002), Tânia Sarmiento-Pantoja (2010), Augusto Sarmiento-Pantoja (2012; 2019), entre outros estudiosos e pesquisadores, para retomar algo capaz de se transformar a partir do presente e evitar que o mesmo aconteça no futuro, revelando uma face da

<sup>3</sup> Área conhecida popularmente como Bico do Papagaio, ou Região do Bico.

história que emerge da dignidade humana, a face da dor, daqueles que ainda hoje tem medo de falar sobre a guerrilha.

### **Percepções e experiências de um ex-guerrilheiro**

A partir da narrativa de Azul Corvo (2014), o relato de Fernando provoca interferências entre o que sabemos da história passada e as coisas que foram omitidas durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1975), afetando diretamente nossa compreensão acerca da realidade histórica. Conhecido como Chico Ferradura, ele era estudante de Geografia na Universidade de Brasília (UnB). Durante a ditadura se envolveu com a Ação Popular (AP) e, posteriormente, veio a se vincular ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), remanescente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1966, o militante foi enviado a Pequim, na China, para aprender técnicas de guerrilha junto com outros membros do partido, que deveriam ajudar na derrubada da Ditadura Civil e Militar no Brasil.

A guerrilha foi motivada, sobretudo, pelo desejo de justiça e liberdade democrática, as pessoas envolvidas acreditavam que somente por meio da luta armada poderiam derrubar a ditadura (Gaspari, 2014; Lisboa, 2014). Diante da repressão militar, os membros do PCdoB se instalaram na região do Bico do Papagaio para promover uma guerra popular prolongada, que deveria se iniciar no campo e, posteriormente, com a participação em massa dos camponeses e se expandir para os grandes centros urbanos. Ali, às margens dos rios Araguaia e Tocantins, os “guerrilheiros comunistas se embrenharam, se molharam, se sujaram, se apaixonaram, deram tiros, levaram tiros, foram presos, levados para sessões de tortura e depois de mortos enterrados pro ali” (Lisboa, 2014, p. 70).

A política adotada pelo PCdoB foi inspirada na experiência chinesa, tendo como base as ideias de Mao Tse-tung e

seus ensinamentos sobre como um inimigo em situação de inferioridade deveria agir até atingir o momento exato de passar da defensiva estratégica à ofensiva, prolongando ao máximo a luta até obter o desgaste necessário do adversário. Concentrando suas forças na zona rural e em regiões que possibilitasse o apoio da população, a guerra popular tinha como tática o cerco das cidades, local onde se concentrava o maior poder repressivo do inimigo. No campo, em regiões propícias à guerra de guerrilha, a inferioridade numérica poderia ser superada pela defensiva estratégica na qual se destacavam: a guerra de movimento, a guerra de posições e, como fator psicológico, a guerra de desgaste, dentre outras estratégias adotadas de forma a surpreender o inimigo. (Campos Filho, 2015, p. 72).

No romance, as memórias da guerrilha surgem a partir dos diálogos entre o ex-militante e Evangelina, incorporando-as às memórias da infância da narradora, transitando entre temporalidades e realidades diferentes (Sarmiento-Pantoja, T., 2021). Essas narrações remetem há um tempo e a uma experiência que já se encerraram, às “relações do presente com o que já se foi e com o que se quer guardar para o futuro” (Pinto; Turazzi, 2012, p. 140). Ao retomá-las, Vanja transmite as experiências e as vivências de Fernando, ligando passado e presente a partir da perspectiva construída do seu olhar de criança, “de um olhar mais distanciado em relação aos itinerários históricos, mas não menos excluído” (Sarmiento-Pantoja, T., 2010, p. 1905).

A perspectiva apresentada a partir do ponto de vista da narradora demonstra o quanto à memória é fundamental para a reapropriação do passado histórico, visto que, ao retomá-lo, podemos fazer novas interpretações acerca da história (Ricoeur, 2003). A transmissão dessas experiências memorialísticas está profundamente vinculada à memória geracional, através de relatos de vida, de suas memórias e de suas vivências em relação às subjetividades familiares, onde as memórias se entrelaçam ao longo das gerações, servindo de apoio para a compreensão e para a construção de memórias que não nos são próprias, preenchendo lacunas e fornecendo detalhes que antes estavam ausentes (Ricoeur, 2003). Nesse viés, Gagnebin (2009, p. 57) destaca que, “somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente”.

Durante as conversas com Vanja, Fernando relata que, assim como os demais membros do PCdoB, no período da ditadura, “estava convencido [...] de que teria de ser feita pegando em armas. Eleições? Possibilidade que não existia. O caminho para a transição pacífica não era um caminho” (Lisboa, 2014, p. 59). Ao retornar para o Brasil, depois de trabalhar um período na Bahia junto à cúpula do partido, o ex-guerrilheiro foi enviado para o sul do Pará, em São João do Araguaia, para a base guerrilheira da Faveira, em meio “a Amazônia brava e sobre-humana que, acreditavam os comunistas, seria amiga da guerrilha, seria o inferno dos militares - uma área fértil para a semeadura da subversão” (Lisboa, 2014, p. 64).

Os primeiros militantes chegaram à região do Bico do Papagaio entre os anos de 1966 e 1967, aos poucos iam se instalando e ganhando a confiança dos moradores locais. O grupo de militantes inseridos na mata era de aproximadamente 69 pessoas, em sua maioria jovens, estudantes ou recém-formados, divididos em três destacamentos: A, B e C, cada um com seu grupo de comando. No entanto, com o passar do tempo e as diversas ofensivas realizadas pelo Exército, Aeronáutica e Marinha do Brasil, as tropas resistentes foram se enfraquecendo, até que quase todos

os guerrilheiros fossem presos ou mortos. Muitos deles, presos ainda com vida, nunca mais foram encontrados, passando a fazer parte da lista de Mortos e Desaparecidos do Araguaia, na memória daqueles que ainda estão vivos e aguardando por justiça.

As ações subversivas dos militantes do PCdoB foram descobertas pelo governo militar no final do ano de 1971, quando, após fugir da região com a sua esposa, que estava grávida, um dos guerrilheiros, Pedro, foi preso e teve informações arrancadas pelos órgãos de repressão. Entre as informações reais e falsas, o guerrilheiro acabou entregando o partido sem perceber. Em seu discurso, Xambioá se tornou Xangri Lá e logo a proximidade dos nomes chamou a atenção do Centro de Informações do Exército (CIE) para a região do baixo Tocantins. Posteriormente, a responsabilidade pela descoberta das ações de guerrilha na região do Araguaia foi atribuída pelos membros do partido à outra militante que também havia ido embora do Bico do Papagaio. A partir de então, a atenção dos órgãos militares voltaram-se para a área e as primeiras ações de repressão começaram a ser organizadas<sup>4</sup>.

A primeira operação realizada pelos militares foi a Peixes I.

Na ocasião da Operação Peixe I, os moradores de São João do Araguaia falaram aos militares sobre uma turma de paulistas que morava na Faveira. Os investigadores se vestiam como civis e seguiam ordens de manter sigilo absoluto sobre aquela primeira fase da operação. Saíram de lá com alguns nomes, algumas suspeitas e algumas certezas. Entre as certezas, a de que o inimigo estava mais preparado para o confronto do que se havia pensado, e que era necessário reforço do efetivo (Lisboa, 2014, p. 118).

O modo como os soldados agiram assustaram a população local e levantaram suspeitas a respeito da sua presença na área, fazendo com que os militantes entrassem na mata para fugir da repressão e evitar o confronto direto, dado a insuficiência de armamentos. A ação posterior seria a Operação Peixe II, na qual os soldados deveriam vigiar, investigar, prender e interrogar os moradores que colaboram com as forças subversivas, bem como os guerrilheiros que fossem presos. Nas duas intensivas, os militares não obtiveram muito sucesso, já na que viria a seguir, a Peixe III, deveria ser realizada “uma incursão com tropa sobre o “ALVO” a fim de capturar, neutralizar e/ou destruir o inimigo (sendo o “ALVO” determinada região onde se suspeitava que houvesse elementos subversivos)” (Lisboa, 2014, p. 157).

<sup>4</sup> As ações militares na região do Araguaia foram divididas da seguinte forma: construção do Batalhão de Infantaria de Selva em Marabá, em janeiro de 1970; classificação de Marabá como Área de Segurança Nacional, em outubro de 1970; Operação Carajás, no ano de 1970; Operação Mesopotâmia, em 1971; descoberta dos guerrilheiros no Araguaia, início de 1972; operação de informações e primeira campanha, entre abril e junho de 1972; Operação Papagaio, em setembro de 1972; Operação Sucuri, de maio a outubro de 1973; e Operação Marajoara, de outubro de 1973 a 1974 (Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará, 2022).

Durante as Operações Peixes III, foram realizadas as primeiras prisões, escondidos na mata, os guerrilheiros evitavam o contato direto com as tropas militares, optando por realizar emboscadas e ataques contra eles durante a noite. Foi nesse momento que a guerra começou para Fernando. Os militares sabiam que muitos dos subversivos haviam passado por treinamentos no exterior, no entanto, naquele momento ninguém possuía experiência e preparo real de combate, nem mesmo os membros das forças armadas. Cientes das suas condições, as tropas adentraram na floresta, realizando buscas pelos comunistas (Lisboa, 2014; Moraes; Silva, 2011).

A ordem do governo era apenas prender e interrogar os militantes, sem uso da violência, contudo, os comandantes que estavam à frente da ação defendiam a “adoção de uma política deliberada de extermínio extrajudicial dos guerrilheiros encontrados na mata” (Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará, 2022, p. 717). Durante a operação Peixe IV, quatro militares e um morador local que os acompanhava encontraram-se com dois guerrilheiros às margens de um riacho, iniciou-se o primeiro confronto. Do encontro inesperado surgiu o primeiro militar vítima da guerrilha, o cabo Odílio Rosa (Lisboa, 2014).

Após a morte do cabo Rosa, viria a Operação Peixe V, na qual os militares empregaram tropas ostensivas na região, com aviões que sobrevoaram a área, helicópteros, paraquedistas e mais pontos de apoio. A partir daquele momento, também começaram ser preparadas as “Ações Cívico-Sociais, as Acisos, para mascarar os motivos reais de sua presença por ali, e também para tentar conquistar a simpatia da população, num cabo de guerra com o trabalho social desenvolvido pelos comunistas” (Lisboa, 2014, p. 158). Passados seis meses de coleta de informações, entre abril e outubro do ano de 1972, os militares iam ganhando aos poucos a confiança da população local. Infiltraram-se e realizaram o mapeamento das áreas de atuação dos guerrilheiros com a ajuda dos moradores.

Diante do enfrentamento com os militares, alguns guerrilheiros foram mortos sem chance de defesa, os que haviam sido presos eram encaminhados para o

Pelotão de Investigações Criminais em Brasília. Era um lugar onde as torturas físicas e psicológicas tinham se aperfeiçoado bastante. Os torturadores tinham diplomas de pós-graduação para arrancar confissões (que afinal não se consegue com bombons). Homens e mulheres nus e encapuzados iam para o pau de arara, sofriam afogamentos, levavam choques elétricos inclusive nos órgãos genitais (Lisboa, 2014, p. 218).

No Pelotão de Investigações Criminais (PIC), os torturadores usavam métodos científicos de agressão física e psicológica, não faziam distinção entre homens e mulheres, se fossem guerrilheiros ou apoiassem as causas do PCdoB, seriam submetidos à repressão e à tortura, independentemente

do gênero. Diante do contexto político da época, “ao lado da supressão das liberdades públicas, a tortura embaralha-se com a ditadura e torna-se o elo final de uma corrente repressiva radicalizada em todos os níveis” (Gaspari, 2014, p. 29). Além de relatar o acontecimento, o ex-guerrilheiro Fernando testemunha alguns eventos que demonstram a violência e a repressão exercida contra os militantes, como no trecho a seguir.

Preso, uma guerrilheira do destacamento C, por exemplo, antes mesmo de ser enviada a Brasília conheceu o inferno ali, às margens do rio Araguaia, o Rio das Araras. Onde a mata deveria ter sido a sua segunda mãe, aonde a população ia se aliar aos guerrilheiros - e não traí-los, como aconteceu no caso dela. Nua, ela foi socada e chutada no meio de um círculo de uns trinta homens. Quando estava prestes a desmaiar, foi levada ao rio, onde enfiaram sua cabeça até quase afogá-la. Molhada, foi torturada com choques elétricos. Puta comunista. Levaram-na ao rio de novo. E assim sucessivamente. Nos intervalos a jogavam dentro de um buraco, onde as dores e os sangramentos a impediam de dormir (Lisboa, 2014, p. 218).

Apesar de o governo condenar a tortura, as decisões estratégicas e os métodos repressivos adotados durante a guerrilha foram aprovadas pelo chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), dos ministros das Forças Armadas e do então presidente da República, o general Emílio Garrastazu Médici<sup>5</sup>. Os procedimentos utilizados pelos agentes do Estado eram realizados a partir de instruções recebidas em treinamentos de tortura e aperfeiçoamento de técnicas de combate recebidos pelos militares para serem usados durante os processos investigativos. Para Gaspari (2014, p. 42), enquanto “instrumento de investigação, a tortura transforma-se para a vítima num tormento maior que a própria pena. Ela extrai a confissão através da aplicação do sofrimento ao preso, mas não é a dor pura e simples que o leva a falar”, mas sim o medo.

Após as Operações Peixes I, II e III, com a morte e a prisão de alguns de seus companheiros, Fernando estava desconfiado, pois temia a repressão e superioridade dos militares. Os militantes não possuíam nem armamentos e nem suprimentos suficientes para confrontar as forças armadas. No entanto, com a retirada do exército da área no final de 1972 e a comemoração do aniversário de um ano da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), em 1973, ele recobrou as esperanças. “Os moradores ajudavam com roupas, sapatos e comida. Ouviam a rádio Tirana junto com os guerrilheiros, compareciam a reuniões, e por fim onze deles se uniram à luta” (Lisboa, 2014, p. 245).

Em 1972, treze militantes do PCdoB foram mortos e sete foram presos, no entanto, todas as operações realizadas no Araguaia mostraram-se incapazes de combater os subversivos, o povo da mata, mesmo as equipes com valor de batalhões e companhias não conseguiram detê-los. “Os

<sup>5</sup> Responsáveis diretos pelas operações.

militares tinham medo, evitavam ficar na vanguarda e na retaguarda das marchas” (Morais; Silva, 2011, p. 370). O despreparo dos paraquedistas, dos fuzileiros e dos comandos de informação para atuar na região dificultava o êxito das investidas contra os guerrilheiros.

Os combates provocavam medo e sofrimento, mas representavam também uma vida cheia de emoções. Não sabiam bem contra o que lutavam, mas o medo de um encontro com os comunistas tornava cada dia uma aventura diferente. Quando podiam, tentavam se distrair. Gostavam de brincar com os apelidos, muitas vezes associados a alguma característica da pessoa. Ninguém revelava o nome verdadeiro. O anonimato dificultaria, no futuro, a identificação dos responsáveis pela caçada aos esquerdistas (Morais; Silva, 2011, p. 494).

Inicialmente, os jovens militares enviados à região do Araguaia desconheciam o que de fato estava acontecendo, munidos de armamentos e suprimentos, recebiam apenas a ordem de enfrentar os grupos subversivos comunistas que buscavam a queda da ditadura. Ao receber codinomes, os soldados tinham as suas identidades preservadas, além de evitar punições futuras. Nesse contexto, diante da escassez de armamentos adequados para enfrentar as forças repressoras, a resistência e a tática de recuo adotadas pelos guerrilheiros frente à presença das forças armadas emergiram como estratégias cruciais para a prolongação do conflito armado.

Mesmo diante da repressão militar, os membros do PCdoB acreditavam que ainda seria possível vencer a guerrilha se intensificassem o trabalho de massas para convencer a população a engajar na luta pela democracia, contra o aparato repressivo da ditadura. No entanto, com medo da violência exercida pelas Forças Armadas e com a continuidade das operações, os moradores passaram a colaborar com os agentes do governo. As intensivas realizadas ao longo do ano de 1973 tinham como objetivo liquidar em curto prazo a resistência armada da população local, conforme consta nos relatórios do Exército sobre a guerrilha (Morais; Silva, 2011).

Diante do cenário de Guerra que se instalou às margens dos rios Araguaia e Tocantins, os guerrilheiros estavam conscientes de que: “Tudo tinha um preço. Fazer. Deixar de fazer. Avançar, recuar, para, fustigar, perseguir” (Lisboa, 2014, p. 62). Chamados de povo da mata, paulistas, comunistas, terroristas e subversivos, os militantes eram apenas jovens que acreditavam em um país democrático, no qual poderiam exercer as suas liberdades e ter seus direitos assegurados pelo Estado, mas tudo isso não passou de uma utopia. Com a prisão de alguns militantes e de documentos encontrados nos casebres em que viviam, o Exército ia obtendo informações sobre eles e seus objetivos.

Os cinco mil homens das Forças Armadas caçavam algumas dezenas de guerrilheiros na mata. Eles agora também já sabiam que os comunistas treinavam estratégias de sobrevivência na selva, aprendendo a se orientar pelo sol, pelas estrelas, pelos acidentes geográficos. Aprendendo a rastejar no mato, a reconhecer

frutos comestíveis, a caçar. Sabiam que treinavam tiro, emboscadas, assaltos, sabiam que estudavam o inimigo. O inimigo estudava o inimigo, nó semântico de que ninguém se deu conta (Lisboa, 2014, p. 216).

A operação que viria a seguir, a Sucuri, em abril de 1973, tinha como objetivo utilizar os mesmos métodos de aproximação usados pelos guerrilheiros para se aproximar da população. Eles haviam recebido ordens expressas para que não houvesse nenhuma intervenção militar, exceto se Osvaldão<sup>6</sup>, a lenda Amazônica e comandante do Destacamento B (Lisboa, 2014). A Operação que deveria durar dois meses acabou se estendendo por mais três. Fernando ainda fazia parte do grupo de resistência escondido na mata, no mês de setembro ele viria a se tornar o primeiro desertor da guerrilha.

Antes de atacar um posto da Polícia Militar do Pará na Transamazônica, em setembro de 1973, os guerrilheiros seguiam em direção ao que seria a primeira ação militar bem-sucedida realizada pelos desde que se embrenharam na floresta, Fernando parou e ficou observando os demais se afastarem.

Ninguém viu. O céu ainda estava escuro no inverno que mal terminava, no coração da mata que Transamazônicas sangravam desajeitadas, sem talento, sem convicção. Um tanto constrangidas, sabendo talvez que nunca viriam a ser mais do que esboço de estrada. Chico pensou em Pequim. Pensou na ópera, e nas máscaras pintadas no rosto dos cantores/atores. Pensou em suas vozes difíceis, que faziam curvas diferentes das vozes dos cantores que ele conhecia. Pensou em seus tradutores chineses, pensou nas muitas noites e nos muitos dias que havia passado naquele país tão distante, depois não pensou mais. Viu Manuela ao longe, de costas, o cabelo amarrado, o cabelo que um dia tinha pertencido a uma estudante carioca versada em letras, esmaltes de unha e xampus especiais e que hoje era versada em enxada, facão e armas. Ela estava bem mais magra do que quando chegara ali, naquele dia de chuva, mais um dia de chuva, um dia a menos. Por baixo da sua pele machucada e maltratada havia novos músculos para novos talentos. E Chico pensou em como os corpos das pessoas eram adaptáveis: ao frio, ao calor, ao medo, à fome, ao trabalho. À enxada, ao facão, às armas. Ele viu Manuela ao longe e foi à última vez que viu Manuela. Ela continuou e ele continuou parado (Lisboa, 2014, pp. 93-94).

Naquele momento, ele encontrou seu caminho para fora dali. Alguns dos seus companheiros já haviam sido presos, outros mortos, e estavam ficando cada vez mais enfraquecidos, “eram fantasmas andando no meio da mata, acreditando (acreditando?) no outro mundo” (Lisboa, 2014, p

---

<sup>6</sup> Osvaldo Orlando da Costa, mais conhecido como Osvaldão, destacou-se como um dos principais membros da Guerrilha do Araguaia. Antigo campeão de boxe do Botafogo e estudante de Engenharia na Universidade de Praga, possuía impressionantes 1,98 metros de altura. Reconhecido como um mito de invulnerabilidade, alegadamente matou um sargento. Sua formação incluiu treinamento militar em Pequim, onde adquiriu habilidades para se camuflar na mata, aterrorizando os soldados na região do Araguaia. Foi morto por um camponês enquanto se escondia na floresta em 4 de fevereiro de 1974.

248). Chico acreditava que àquela altura eles já deveriam ter sido dizimados há muito tempo, mas as falhas dos militares adiaram o fim da guerrilha. No mês seguinte começaria a caçada aos guerrilheiros e a matança, os militares deveriam acabar com todos eles, um por um, e eliminar os vestígios.

Naqueles primeiros dias, a Operação Marajoara prendeu muitos moradores, enlouqueceu alguns de tanto bater neles, queimou casas e roças. Quem se negava a colaborar apanhava. Às vezes era colocado de cabeça para baixo dentro de tambores cheios d'água. Enfiado dentro de um daqueles buracos do Vietnã, com arame farpado por cima. Pendurado pelos testículos (Lisboa, 2014, p. 277)

Após a sua saída, o ex-guerrilheiro só ficou sabendo do que aconteceu às margens do Araguaia meses depois, através de cartas recebidas de um ex-companheiro. A experiência traumática vivida por ele era algo que o acompanharia e o assombraria por toda a vida. As condições em que os militantes se encontravam desde o início das ofensivas militares e o que aconteceu no Araguaia era “um assunto que ficava melhor fora da história oficial” (Lisboa, 2014, p. 115). Diante da censura à imprensa, o que acontecia no Bico do Papagaio era de conhecimento apenas das tropas militares, dos guerrilheiros e da população local, os últimos nem sabiam ao certo do que se tratava.

Nos dias de repressão à luta armada, os comandantes das Forças Armadas ordenavam aos seus subordinados manter sigilo acerca da situação, “era preciso ver, ouvir e calar” (Lisboa, 2014, p. 115), pois o vazamento de informações poderia comprometer ainda mais a execução das operações. Nos relatórios mantidos secretos pelo Exército e pela Marinha, constavam as letras, os números e os carimbos dos arquivos da guerrilha.

Onde estava o filho desaparecido, e sob que circunstâncias ele tinha desaparecido. Onde estava enterrado o cadáver, e como é que o corpo íntegro tinha virado um cadáver. Contra a pátria não havia direito? Com o passar do tempo, os pais dos desaparecidos no Araguaia iam morrendo eles também, iam morrendo sem saber o que tinha acontecido com o filho guerrilheiro, com a filha guerrilheira (Lisboa, 2014, p. 115)

Ao narrar os desaparecimentos, a eliminação de vestígios, a tortura e a toda repressão política exercida contra os guerrilheiros e os demais grupos que se posicionavam contra as medidas adotadas pelo governo da época, o ex-guerrilheiro coloca em questão a ocultação das mortes e dos sumiços de diversas pessoas em razão das suas atividades políticas, sobretudo dos guerrilheiros. Peixoto (2011, p. 483) destaca que: “A omissão dos relatos dos militares contraria o preceito de que a história é normalmente contada pelos vencedores. A depender desses, não fosse à tradição oral, que a mantém viva, a memória da guerrilha estaria apagada”.

A guerrilha “foi uma rebelião sem povo, num país onde as grandes revoltas populares não tiveram a participação da elite” (Gaspari, 2014, p. 415), que deveria sumir e ser esquecida. Logo, a ausência de informações sobre os eventos cruciais da Guerrilha do Araguaia representa um obstáculo significativo para a obtenção de uma narrativa abrangente dos acontecimentos e a compreensão das condições em que ocorreram as violações dos direitos humanos. Além disso, os relatórios produzidos pelas Forças Armadas divergem consideravelmente em relação às datas e aos locais das mortes dos combatentes guerrilheiros, acrescentando complexidade à busca pela verdade histórica e à responsabilização pelas transgressões ocorridas durante a guerrilha.

### Considerações finais

No decorrer deste estudo, foi possível observar a intrínseca relação entre história e ficção, onde ambas se entrelaçam, se influenciam e se interpenetram. O testemunho de Fernando, enquanto narração de um acontecimento, traz à tona novos olhares para a Guerrilha do Araguaia (1972-1975), uma vez que, o discurso oficial favorece apenas uma perspectiva dominante e, muitas vezes, omite informações cruciais sobre as interações entre os diferentes agentes envolvidos. Assim, ao retomar esses acontecimentos históricos buscamos resgatar as histórias de vida, as dores e as intensidades subjetivas causadas pelo conflito.

Apesar de decorridos 60 anos do Golpe de 1964, ainda hoje o governo nega a existência da execução desses atos, apresentando resistência em investigar as denúncias e responsabilizar institucionalmente os militares detratores pelos seus alzozes. Diante desse cenário, o romance nos permite refletir sobre os mecanismos de repressão adotados pelo Estado durante e após a Ditadura Civil e Militar (1964-1985), perdurando até os dias atuais. As ações, as estratégias, a violência física e simbólica a que os guerrilheiros e seus apoiadores foram submetidos, o exílio, a anistia, o desaparecimento, entre outras coisas, evidenciam as injustiças perpetradas pelo regime militar, permitindo-nos compreender melhor suas consequências e significados para a nossa história.

No entanto, é importante ressaltar que o testemunho do ex-guerrilheiro não se limita apenas a uma exposição dos horrores e das injustiças vividas durante a guerrilha, expondo a presença do Estado como o principal responsável pela coerção, visto que todo aquele que tentasse contra a Pátria deveria ser destituído de seus direitos (Lisboa, 2014; Gaspari, 2014). Além disso, também nos oferece uma visão mais ampla das dinâmicas sociais, políticas e psicológicas durante a Ditadura Civil e Militar. Através de suas narrativas, somos confrontados com as contradições e os dilemas

morais enfrentados pelos guerrilheiros, bem como com suas esperanças, suas aspirações e suas lutas por um país mais justo e democrático.

## Referências

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

LISBOA, Adriana. **Azul corvo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. 3. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. **Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 3, p. 479-499, set./dez. 2011.

PINTO, Júlio Pimentel; TURAZZI, Maria Inez. **Ensino de história: diálogos com a literatura**. (Cotidiano escolar: ação docente). 1. ed. São Paulo: Moderna, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SARMENTO-PANTOJA, Augusto. O testemunho em três vozes: testis, superstes e arbiter. **Literatura e Autoritarismo** [S. l.], n. 33, 2019. DOI: 10.5902/1679849X35461. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/35461>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SARMENTO-PANTOJA, Tânia. **Narrares da exceção: estudos sobre a Infância e a Juventude na Literatura e na Cultura**. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

SARMENTO-PANTOJA, Tânia. **O olhar da infância em narrativas pós-ditatoriais na América Latina**. IX Jornadas Andinas de Literatura Latino-Americana (JALLA) – Anais. Niterói: UFF, 2010, p. 1900-1906.

Recebido em: 30/01/2024

Aprovado em: 20/03/2024

### *Como citar este artigo*

OLEIVEIRA, Marta Eduarda da Silva; SOUZA, Abílio Pachêco. Memórias de um ex-guerrilheiro: narrações da Guerrilha do Araguaia em Azul corvo (2014). **Revista Narrares** – V.2, N.1, Jan-Jun, 2024, pp. 67-79.